

Discriminação social marca a escola popular

Regis Farr

SENTADA numa carteira bem no fundo da sala de aula, a criança, acanhada e suja, escarra no chão. "Que nojo, menino, não se faz isso!", brada a professora, dirigindo-lhe um olhar de reprovação. "Mas tia — retruca, olhar baixo, voz quase imperceptível, o aluno — meu pai disse que porcaria era engulir".

Este diálogo teve por cenário uma escola pública de um subúrbio carioca e um dos protagonistas — professora recém-saída da Escola Normal — confessa que só mais tarde se deu conta de que a discriminação ao comportamento do menino ultrapassava os limites do aborrecimento por uma cuspidinha no chão, e poderia muito bem simbolizar a atitude habitual do professor em relação a seu aluno, pobre, sujo, mal vestido, subnutrido, escuro, desconhecido das "boas maneiras" da classe média.

Esta discriminação às crianças das camadas populares, apesar de não conscientizada pela maior parte das professoras que ocupam as salas de aula das escolas públicas, já foi pesquisada, estudada, sentida e observada por diversos educadores, como Luís Antonio Cunha, da Fundação Getúlio Vargas, Zaia Brandão, da PUC; e Guiomar Namó de Mello, da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo. O fenômeno foi detectado em três níveis, a saber: na entrada da criança no sistema escolar, na sala de aula e no saber pedagógico.

Os levantamentos, principalmente o da Fundação Carlos Chagas, constatarem que a criança pobre começa a ser discriminada pelo sistema educacional antes mesmo de entrar nele, pois as exigências que este lhe faz para tornar-se um dos seus — como uniforme, material escolar, papéis para a matrícula e a famosa colaboração "espontânea" para a caixa escolar — estão, muitas das vezes, acima das possibilidades da família que tenta, com uma renda de um ou dois mínimos, sobreviver, tarefa agravada pela existência não de um, mas de vários filhos em idade escolar.

Estas famílias de mais baixa renda moram, geralmente, em subúrbios, na periferia contemplada com as escolas mais mal aparelhadas, sem outro material didático que não giz e quadro-negro, onde lecionam as professoras mais inexperientes e desmotivadas. Como agravante, há o fato de que a maioria destas escolas funciona em três turnos, o que, trocado em miúdos, significa que ao invés das quatro horas de aula por dia, seu aluno terá apenas três.

Superada a fase da entrada no sistema e na escola de condições inferiores — onde é jogado numa sala de aula com mais 40 crianças — o aluno pobre terá que enfrentar, para sobreviver à maratona do ensino, a segunda fase da discriminação, aquela que se processa dentro da sala de aula. A educadora Any Dutra Coelho da Rocha conta que, numa pesquisa da qual participou, deparou-se com uma professora que não tinha a menor preocupação em disfarçar a sua preferência por um aluno louro, de olhos azuis, saudável, descendente de estrangeiros, que recebia muito mais atenção do que seus coleguinhas.

Esta situação, como frisa a professora, não é única, mas repete-se à exaustão, em cada uma das escolas do sistema público de ensino do país: em cada sala, existe sempre um grupinho preterido pela professora e que, não estimulado a participar da aula, fica lá no fundo, esquecido. Na verdade, desde o primeiro dia de aula, numa atitude prematura e arbitrária, com drásticas consequências negativas para seu desempenho escolar, estas crianças são tachadas de "carentes", "imaturas" e "perdidas".

Assim estigmatizadas, patologizadas, estas crianças são exatamente as que fracassarão, cumprindo a profecia de seu professor que, devido a seus preconceitos, não busca uma alternativa pedagógica para ensinar-lhes. Este fracasso, interiorizado e projetado para o homem no qual esta criança se transformará, é interpretado pela família como resultado da "incapacidade" do filho em aprender, à sua falta de "inteligência", à sua "imaturidade", ao seu "desinteresse".

Se a criança é uma vítima sem condições de reagir à esta discriminação, o professor não o é e, apesar de mal preparado e de pouco consciente de sua função e de seu papel de reprodutor da ideologia dominante, ele é o elo da corrente que pode e deve começar a transformação do tratamento dado a este aluno. Os pesquisadores constataram que um dos enganos da professora em relação ao aluno pobre é que ela geralmente se porta como uma segunda mãe ou mesmo como uma babá e preocupa-se mais em ensinar e cobrar "boas maneiras" do que com a transmissão de conteúdos e com o desenvolvimento das potencialidades de seus alunos.

A terceira etapa da discriminação sofrida pela criança pobre na escola pública — mais um obstáculo à passagem da primeira para a segunda série — é o próprio conteúdo do ensino, todo ele calcado nas vivências, cultura, tradições e hábitos das crianças das camadas médias. "Para os filhos dos trabalhadores" — diz Luís Antônio Cunha em *Educação e Desenvolvimento Social* — "a experiência escolar é algo traumatizante. A disciplina, o significado das palavras, o vocabulário, as maneiras consideradas decentes, a estrutura das frases, a maneira de expressar o pensamento, etc. são percebidos como uma arbitrariedade imposta, contrariando toda a primeira socialização".

Este processo de negação dos valores das camadas populares não é, segundo os pesquisadores, percebido conscientemente por técnicos e professores, mas esta estrada seguida pelo sistema escolar — e, por extensão, por seus professores (vale lembrar, de forma inconsciente, na maioria das vezes) — leva a um único e triste caminho, o do fracasso desta criança.

Assim é que, por ignorar o ser concreto que é a criança pobre que recebe em seus bancos, por não saber valorizar a cultura, os valores, os hábitos que ela traz de casa e do seu meio e por não saber adequar o ensino que tem valor na sociedade a esta criança, que a escola pública do país não consegue dar certo. Como, aliás, o comprova levantamento feito a pedido do próprio Ministério da Educação: de cada dois alunos que esta escola recebe na primeira série, reprova um, quando não o expulsa de vez deste sistema.

Regis Farr é repórter do JORNAL DO BRASIL.